

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM -----

----- **ATA NÚMERO TRÊS** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um reuniu no Auditório do Centro Cívico Edmundo Pedro, sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente em exercício, José Pedro Pires Ferreira, coadjuvado por José Alberto da Conceição Reis, Primeiro Secretário em exercício, e por Margarida Alexandre de Nascimento Afonso, Segunda Secretária em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Susana Marina Soares Paulo, Mário Joaquim de Sousa Freitas Gomes Branco e Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques, José Luis Rezende Moreira da Silva, Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos e Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno, Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro e Carlos Roque do Rosário Rêgo. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de Oliveira e Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Afonso Maria da Silva Moreira. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** - Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- José Leonardo Baptista Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído por Afonso Moreira. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia em exercício** declarou aberta a reunião. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício** disse que na anterior sessão havia uma comunicação da freguesa Isabel Gomes que acabou por não ser lida, pelo que passava a ler: -----

---- *“Bom dia caro Presidente da Mesa da Assembleia, caro Senhor Presidente da Junta de Freguesia, caros Senhoras Vogais, caros Membros da Assembleia de Freguesia, caros Senhores.* -----

---- *Impossibilitada de estar presente na vossa reunião, não quero deixar passar esta oportunidade, caso o Senhor Presidente permita participar por esta via.* -----

---- *Chamo-me Isabel Gomes, sou freguesa de Alvalade há 68 anos, moro desde sempre na Rua Infante Dom Pedro. Nesta rua foram plantadas árvores que no outono deixam cair as suas folhas. O Executivo anterior tinha o cuidado do seu levantamento atempadamente, o que permitia o nosso caminhar sem as escorregadelas permanentes dos mais idosos.* -----

---- *Por outro lado, o levantamento do lixo das papeleiras que era feito todos os dias, bem como a restante varredela, do lado da rua do INEM está uma verdadeira vergonha. Todo o tipo de lixo, desde restos de obras de edifícios em fase de*

*acabamento, restos da noite do Old Vic, é vasilhame partido, restos de sacos de lixo que foram mal acondicionados e que quando a camioneta do lixo passa apenas leva o lixo acondicionado.* -----

*----- Voltou a permitir alimentar pombos, há bocados de pão, arroz, tacinhas de água por todo o lado, um abrigo de gatos que estava lindo e tratado e passou a haver mantinhas e resto de comida em vários bancos.* -----

*----- Tudo isto era reparado pelo pessoal da limpeza que passava de dia e que deixou de ser visto. Será que foi dispensado? Faz muita falta caros Senhores.* -----

*----- Por fim quero lembrar que a rua termina num largo e que à noite selvaticamente cheio de carros, impedindo muitas vezes a entrada do carro do lixo e em caso de fogo ou necessidade de ambulância ficamos isolados. Bem sei que se trata de um problema de educação e cidadania, no entanto há que fazer alguma coisa para que não seja apenas resolvido em caso de desgraça.* -----

*----- Os meus respeitosos cumprimentos, Isabel Gomes.”* -----

*----- Tendo pedido a palavra, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia.* -----

*----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que como tivera oportunidade de dizer ao ser incumbido de distribuir a convocatória, era seu entendimento, nos termos da Lei, sendo a Lei que os regia e não as opiniões pessoais, que a Assembleia de Freguesia não tinha Mesa porque ela estava destituída e estando destituída perdera o seu mandato.* ---

*----- Decorria do princípio da democracia, que era um princípio basilar conhecido desde a Constituição de 1976, que as deliberações num Estado de Direito democrático eram tomadas por maioria.* -----

*----- A Mesa até àquela data em funções foi destituída por voto maioritário, dez votos contra. A partir desse momento perdeu o seu mandato, perdeu as suas competências.* --

*----- Nos termos da Lei e de acordo com um requerimento feito nos termos da Lei, que regia as funções da Assembleia, a presente Assembleia teria que ter um ponto único e o único que a Lei permitia para o exercício das competências da Assembleia de Freguesia, a eleição de uma nova Mesa, para assim, devidamente, e de acordo com a Lei, presidir aos trabalhos da Assembleia de Freguesia.* -----

*----- Por essa razão e só porque tinha o dever de representar a Junta de Freguesia perante os cidadãos, estava ali, mas não tomaria qualquer decisão porque não reconhecia legitimidade à convocatória nem às competências para ela ter sido elaborada.* -----

*----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA*** -----

*----- **O Senhor Presidente em exercício** informou que a CDU apresentou uma nova moção. A opinião da CDU era que no PAOD deveriam ser discutidos os documentos que não foram na anterior sessão, pelo que deu a palavra à CDU.* -----

*----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que era um prazer voltar ao palanque e ver os trabalhos a progredir na Assembleia e na Junta de Freguesia, que era para isso exatamente que estavam ali, tendo sido eleitos pelo povo não só para cumprir a Lei mas para avançarem com o trabalho.* -----

*----- Apresentou o seguinte documento:* -----

*----- **Saudação*** -----

*“-----Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres -----*

*----- A Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu assinalar o dia 25 de Novembro como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, com o objectivo de alertar para esta grave violação dos direitos humanos nas suas várias vertentes, desde maus tratos físicos, psicológicos, agressões sexuais, assédio, exploração laboral e todas as formas de discriminação de género.* -----

----- Assinalar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres é um momento para dar visibilidade às diversas formas de violência sobre as mulheres mas também para afirmar os caminhos para o seu combate e prevenção.-----

----- As diversas expressões da violência sobre as mulheres manifestam-se no trabalho, na família e na sociedade e assumem diversas expressões: violência doméstica, violência no namoro, mutilação genital feminina, assédio moral e sexual, exploração na prostituição, entre outras.-----

----- Todas elas têm de ser reconhecidas como expressões extremas de injustiça, desigualdade e discriminação que se manifestam na humilhação, no desrespeito pela integridade física e psicológica das mulheres que as sofrem, e que atentam contra a dignidade, o estatuto social e os direitos de todas as mulheres.-----

----- Deve ser assegurado o tratamento autónomo das diversas formas de violência sobre as mulheres, reconhecendo o que cada uma representa na vida das mulheres e adoptando instrumentos que visem o seu combate e prevenção tendo como horizonte a sua erradicação.-----

----- É preciso combater o fosso entre a lei e a vida das mulheres, eliminando as desigualdades e discriminações no trabalho, na família e na sociedade e as situações de pobreza, efectivando o direito ao trabalho com direitos, a progressão profissional, a igualdade salarial, o aumento dos salários e do salário mínimo nacional; reduzindo o horário de trabalho semanal para as 35 horas; assegurando o direito de ser mãe e trabalhadora sem penalizações; garantindo o acesso de todas as mulheres aos serviços públicos e às funções sociais do Estado; dotando os serviços públicos vocacionados para a promoção da igualdade com recursos financeiros, técnicos e humanos que lhes permitam intervir de forma eficaz na detecção e combate às discriminações e pelo cumprimento da legislação.-----

----- A violência doméstica exige um mais amplo reconhecimento das suas facetas mais subtis e mais gritantes - que levam a desfechos trágicos com a morte de mulheres - para que elas as possam identificar e não tolerar, e sintam a confiança de que dispõem de estruturas de proximidade que as informam, esclarecem e apoiam, mesmo quando não pretendem proceder a queixa.-----

----- É igualmente necessário combater factores culturais e preconceitos, para que os comportamentos e mentalidades mudem, tendo a educação para os direitos e a cidadania um papel fundamental neste desígnio.-----

----- É preciso reconhecer a prostituição como uma grave forma de exploração e violência sobre as mulheres, procedendo a medidas para a sua prevenção e combate no respeito pela Constituição, em que se destaca a adopção de um plano de combate à exploração na prostituição que assegure saídas às mulheres prostituídas.-----

----- Isto implica dar combate aos perniciosos impactos da proliferação de concepções assentes na mercantilização do corpo da mulher como objecto sexual e de conceitos que subvertem o trabalho e a sexualidade, subjacentes às falsas dicotomias entre prostituição forçada e prostituição por opção da mulher.-----

----- É preciso elevar a consciência social das mulheres, das novas gerações e da sociedade em geral para a não aceitação da violência sobre as mulheres pelo que ela representa de injustiça, de discriminação e desigualdade e pelo contributo que é devido à construção de uma sociedade mais justa, humanizada e de progresso social.-----

----- Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 2 de Dezembro de 2021, delibere:-----

----- 1. Saudar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

----- 2. Saudar o trabalho das várias associações e entidades que prestam apoio às mulheres vítimas de qualquer forma de violência e que lutam pela igualdade e pela erradicação da violência que recai sobre as mulheres. -----

----- 3. Manifestar solidariedade a todas as mulheres sujeitas a violência. -----

----- 4. Enviar a presente deliberação à Assembleia Municipal de Lisboa, aos vereadores da CML, às associações de defesa dos direitos das Mulheres e para as associações e parceiros inscritos na Comissão Social de Freguesia de Alvalade. -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade. -----”

Tendo pedido a palavra, foi concedida ao Membro do Chega. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que primeiro gostava de questionar a razão de continuarem sem uma Mesa eleita. -----

----- Em relação à saudação apresentada, o Chega opunha-se a demagogias porque considerava o sistema penal completamente desatualizado e feito à medida de criminosos. Não havia preocupação em aumentar as penas e sempre que existia uma proposta do Chega para aumentar as penas, ela era sistematicamente recusada, sem perceber bem porquê. -----

----- Por outro lado, não era só a violência contra as mulheres que devia ser combatida, era contra as mulheres, contra os homens e em especial contra os idosos e contra as crianças. Ninguém se ralava com os velhos nem com as crianças e era lamentável que, quando estiveram seis anos, não sabia se de bengala ou de cabide do Governo, só depois iam, em época de eleições, falar nessas coisas. Era triste mas era verdade. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Saudação “Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, 1PSD, CDU e IL), 1 voto contra (Chega) e 8 abstenções (3PSD, CDS-PP, BE e MMA) -----

Deu de seguida a palavra ao Membro do BE. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Saudação** -----

“----- Ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro) -----

----- O 25 de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o dia Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, em Portugal, tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres. -----

----- Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar o país. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) mais recente, apesar de ter diminuído face ao ano anterior, em 2020 a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal, representando 85% das mais de 27 mil queixas por violência doméstica. Sendo que do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres e raparigas (75%), enquanto que a maioria dos denunciados são homens (81,4%). -----

----- A estes registos faltam todos os casos que ficaram em silêncio. A pandemia colocou muitas mulheres confinadas com os seus agressores. No estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (VD@COVID19) 15% dos participantes reportaram que houve violência doméstica em sua casa e 34% das pessoas inquiridas que foram vítimas de violência doméstica declaram tratar-se de uma primeira agressão. -----

----- A marca de género na violência sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, conforme demonstra o RASI 2021. Ao nível dos crimes de

violação, 99,1% dos arguidos são homens e 92,3% das vítimas são mulheres. Nos casos de abuso sexual de menores, 92,9% dos arguidos são homens e as suas vítimas correspondem a 76,9% de raparigas e 23,1% de rapazes. -----

----- Acresce que as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas violências. Sendo de referir a situação particularmente preocupante das mulheres trans. O Trans Murder Monitoring registou a nível mundial 350 pessoas trans assassinadas no ano em 2019, 98% das quais do género feminino, 50% imigrantes. -----

----- Em Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR) registou em 2020: 35 mulheres assassinadas, tendo sido 19 vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e 16 mulheres assassinadas noutros contextos. E recorda cada uma delas: Ana Mafalda Teles, Ana Maria Melo, Arminda Monteiro, Beatriz Lebre, Carla Barbosa, Celeste Paiva, Cláudia Gomes, Deolinda Lopes, Eduarda Graça, Eugénia, Floripes Machado, Francelina Santos, Iris Abas, Isabel Velez, Jasmina Löfgren, Lúcia Rodrigues, Manuela Viana, Maria Costa, Maria da Graça Ferreira, Maria de Lurdes Gomes, Maria Isabel Fonseca, Maria Isabel Salgado Martins, Maria Lúcia Santana, Maria Nazaré, Marta Figueiredo, Nadiya Ferrão, Não Identificada, Nazaré Santos, Paula Alves, Paula Cunha, Rosa Novais, Sílvia Damião, Teresa Fernandes, Tereza Paulo, Valentina Fonseca. -----

----- A Assembleia de Freguesia de Alvalade saúda as iniciativas do dia 25 de Novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência. -----”

Tendo pedido a palavra, foi concedida ao Membro do Chega. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que iria votar contra, porque se quisessem combater a violência doméstica, em crianças era repugnante, devia-se penalizar os criminosos e não andarem aí à solta, que isso não levava nada de bom a ninguém, mas quando era na altura da criminalização, os partidos da extrema esquerda não democrática votavam contra. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, 1PSD, CDU, BE e IL), 1 voto contra (Chega) e 7 abstenções (3PSD, CDS-PP e MMA) Deu de seguida a palavra ao Membro da CDU. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que já tinham levado à anterior reunião a moção do Clube Atlético de Alvalade. Achavam que era um assunto demasiado urgente para adiar mas infelizmente foi adiado. -----

----- Apresentou os seguintes dois documentos: -----

-----**Moção**-----

“-----Defender o Clube Atlético de Alvalade -----

----- Instituição de interesse histórico para a Freguesia e para a Cidade de Lisboa-----

----- O Clube Atlético de Alvalade (CAA), fundado a 29 de Agosto de 1949, tem vindo a desenvolver a sua actividade em prol da comunidade, através da actividade física, contribuindo para melhorar a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar da população da Freguesia de Alvalade e da Cidade de Lisboa. -----

----- O CAA é uma instituição, de reconhecido mérito no âmbito da prática desportiva, contribuindo para o desenvolvimento físico e desportivo da população da freguesia de Alvalade e da cidade de Lisboa. -----

----- O CAA é um Clube transversal que, pela sua história e conduta, integra sócios e praticantes de idades distintas, e que ao longo de gerações tem sido garante da acessibilidade e da transversalidade do desporto e da cultura desportiva.-----

----- O CAA é um clube que se afirmou e afirma de forma especial pela ginástica, à escala local e nacional, e que se destaca pelas fortes tradições na formação e competição desta modalidade.-----

----- O CAA tem cerca de 1371 sócios, um clube da Freguesia de Alvalade que tem marcado várias gerações, avós, pais e filhos que aqui praticam ou praticaram desporto, este é um clube de bairro e familiar.-----

----- O CAA desenvolve a sua actividade desportiva, desde 1983, nas instalações situadas na Rua Acácio de Paiva n.º 20, tendo celebrado o primeiro contrato de arrendamento em Março de 1987. Em 2017, este contrato transitou para o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), ao abrigo do art.º 50 da referida lei, na redacção dada pela Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto, alterada pela lei n.º 79/2014, de 19 de Dezembro.-----

----- Decorrente da alteração ao contrato de arredamento, o valor mensal da renda sofreu um aumento em mais de 400%, situação que levou o clube, a ter de se reorganizar, uma vez que estava em causa a sua sobrevivência.-----

----- Passados cerca de 4 anos, o clube foi notificado pela sua senhoria da oposição à renovação do seu contrato, situação, que a confirmar-se, implica a saída do clube das instalações onde tem desenvolvido a sua actividade desportiva desde 1983, já no próximo ano, o que representaria, provavelmente o fim deste histórico clube para a freguesia.-----

----- Importa referir, que em 2018, foi aprovada por unanimidade na câmara Municipal de Lisboa (CML), a proposta 517/2018, apresentada pelos vereadores do PCP, que deliberou dar início ao processo de distinção como “Entidade de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local” ao Clube Atlético de Alvalade, situação que se veio a concretizar através da aprovação da proposta n.º 819/2020, aprovada na CML por unanimidade, atendendo a que, a referida instituição, reunia os critérios necessários para que lhe fosse atribuído o estatuto de Entidade de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local.-----

----- A Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, prevê, para os efeitos nela consignados, a atribuição de competências de protecção e salvaguarda destas entidades por parte das autarquias locais, que visa proteger no âmbito do Novo Regime do Arrendamento Urbano estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local.

----- Assim, os eleitos da CDU, propõem que a Assembleia de Freguesia de Alvalade, na sua reunião de 02 de Dezembro de 2020, delibere recomendar à CML:-----

----- 1. Assumir uma posição intransigente na defesa do Clube Atlético de Alvalade, nomeadamente:-----

----- a. Fazendo uso das competências que lhe são conferidas com vista a protecção e salvaguarda destas entidades por parte das autarquias locais;-----

----- b. Avaliar exercer o direito de preferência relativamente a uma eventual intenção dos proprietários de alienação daquele edifício;-----

----- c. Consagrar em instrumentos urbanísticos adequados, o vínculo ao uso presente, acautelando eventuais alternativas especulativas.-----

----- 2. Enviar esta moção para as seguintes entidades:-----

----- a. Presidente da CML e Vereadores dos vários partidos eleitos na CML;-----

----- b. Presidente da AML e Deputados Municipais dos vários partidos eleitos na AML;-----

----- c. Direcção do Clube Atlético de Alvalade-----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade -----”

-----**Moção**-----

“-----O aeroporto tem de sair da Portela -----

----- O direito ao ambiente é um direito consagrado no artigo 66º da Constituição da República Portuguesa, que refere que todos temos o direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender. E para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos, prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos. -----

----- Os habitantes de Lisboa têm sido esquecidos no planeamento do novo aeroporto. Quem vem a Lisboa estudar ou trabalhar também sofre as consequências de termos aviões a sobrevoar a cidade dia e noite. É uma situação insustentável que urge resolver definitivamente.-----

----- A freguesia de Alvalade é especialmente penalizada pela proximidade do aeroporto. A poluição atmosférica e sonora afecta o descanso e o sono, aumenta o risco de doenças cardiovasculares e reduz a capacidade de aprendizagem das crianças, produzindo graves consequências na saúde e no dia-a-dia de todos.-----

----- Não é aceitável que esta situação se prolongue e é urgente uma solução que melhore a saúde ambiental, combatendo a poluição do ar, as águas residuais, provenientes da lavagem e manutenção das aeronaves e das escorrências das pistas de aterragem e descolagem, do reabastecimento de aeronaves e de todo o funcionamento dos terminais, produzem impactos negativos relevantes e muitas vezes irreversíveis. --

----- Em todas as cidades modernas os aeroportos foram retirados do centro das cidades e colocados a média distância com bons acessos e transportes públicos, incluindo a ferrovia. -----

----- Por estas razões, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, na sua reunião de 21 de Dezembro de 2021, delibera:-----

----- 1. Assumir uma posição clara de que o aeroporto de Lisboa tem de sair da Portela, incluindo: -----

----- a. Que cessem imediatamente os voos nocturnos;-----

----- b. Que seja escolhida uma solução para o novo aeroporto de Lisboa que garanta a progressiva, mas definitiva desactivação do actual aeroporto na Portela; -----

----- c. O início de uma ampla discussão sobre os futuros dos terrenos, depois da saída do aeroporto. -----

----- 2. Enviar esta moção para as seguintes entidades: -----

----- a. Presidente da CML e Vereadores dos vários partidos eleitos na CML; -----

----- b. Presidente da AML e Deputados Municipais dos vários partidos eleitos na AML; -----

----- c. Assembleia da República e todos os grupos parlamentares; -----

----- d. Ministério das Infraestruturas e da Habitação; -----

----- e. Autoridade Nacional da Aviação Civil. -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade -----”

Tendo pedido para usar da palavra, foi concedida ao Membro do MMA.-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que estava um pouco perplexo com a moção da CDU relativamente ao Atlético de Alvalade e gostava de perguntar se não estiveram na Junta de Freguesia nos últimos oito anos, se não tiveram o desporto nas suas mãos.

----- Os seus colegas Vogais, atualmente, não tinham culpa do mau trabalho feito pelos Membros da CDU e ficava perplexo como iam apresentar essa moção quando tiveram oito anos para salvar o Atlético de Alvalade. Agora pediam a um Executivo com

sessenta dias que pedisse o direito de preferência de um edifício que custava cinco milhões de euros, pelo que no mínimo a renda seria de quinze mil euros. -----

----- Tinha sempre dito que tapar buracos não era a solução do Clube Atlético de Alvalade. Tinha muito respeito pelo Clube Atlético de Alvalade, uma instituição que merecia todo o apoio da Freguesia, mas era uma grande hipocrisia política apresentarem essa moção quando tiveram oito anos para resolver esse problema. -----

----- Da mesma forma que fizeram um pavilhão de um milhão e meio de euros para o Fonecas e Calçada, deviam ter-se lembrado do Clube Atlético de Alvalade, que tinha muitos mais anos, mas não se lembraram. Portanto, esta moção agora levada ali, pedia desculpa, mas não fazia sentido. -----

----- O “Mudar Alvalade” entendia que havia mais soluções, para além de dinheiro, de pagar rendas, fosse o que fosse, de pagamentos financeiros. Tinha outras ideias e havia outras soluções para salvar o Clube Atlético de Alvalade, mas nesta moção, com todo o respeito, o “Mudar Alvalade” ia abster-se, porque a CDU esteve com o desporto oito anos e não fez nada pelo Atlético de Alvalade. Estava perplexo com a moção. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções sobre esta primeira Moção, submeteu à votação a **Moção “Defender o Clube Atlético de Alvalade”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, CDU, BE e IL) e 9 abstenções (PSD, CDS-PP, MMA e Chega) -----

Tendo pedido para usar da palavra, foi concedida ao Membro do Chega. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que era muito vaga a proposta dos voos noturnos, porque ser noite, era às cinco e meia, e a Lei do Ruído tinha horários específicos. -----

----- Era também pela construção de um novo aeroporto, que a CDU enquanto não sabia se muleta ou qual seria o nome técnico que teria na geringonça, deveria ter proposto no Governo, para se dar início aos trabalhos do novo aeroporto e, como era no tempo da “outra senhora”, provavelmente o aeroporto já estaria feito. Bastava ver a ponte que agora tinha o nome de 25 de Abril, que foi feita em tempo útil, conforme a programação e sem derrapagens. O novo aeroporto, em seis anos no Governo, a CDU esqueceu-se, entretanto saiu do Governo e estava agora a lembrar-se que era preciso um aeroporto. -----

----- Era preciso sim, que se fizesse, mas era preciso “dar corda aos sapatos” e se tinham vinte anos de uma economia praticamente perto do zero devido ao governo das forças socialistas e comunistas, iriam enterrar isso mais um bocadinho e mandar a economia ao charco. -----

Tendo pedido para usar da palavra, foi concedida ao Membro da CDU. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que a primeira proposta de saída do aeroporto foi de 1970, no tempo da “outra senhora”, e não foi concretizada. Felizmente que o tempo da “outra senhora” já acabou mas comprovou-se que também nessa altura o problema não foi resolvido. -----

----- A CDU levava muitos anos a insistir pela saída definitiva do aeroporto, depois contra a solução da privatização e da concessão da ANA à VINCI, que não tinha interesse que o aeroporto saísse dali. A CDU sempre estivera contra a solução do Montijo, que mantinha o aeroporto ali e prejudicava as pessoas, coisa que nunca foi assumida, até em discordância com as opções do Governo nos últimos anos. Houve um certo consenso na solução de Alcochete, que infelizmente não avançou, essa seria positiva e tirava o aeroporto dali. Era o que se pretendia em mais de cinquenta anos: tirar o aeroporto do centro da cidade, que tanto prejudicava a saúde. -----

----- Não era verdade sobre a “outra senhora”, nem sobre a posição de sempre da CDU.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções sobre a segunda Moção, submeteu à votação a **Moção “O aeroporto tem de sair da Portela”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, CDU, BE e MMA), 4 votos contra (CDS-PP e Chega) e 5 abstenções (PSD e IL) -----

Tendo pedido a palavra, foi concedida ao Membro do CDS-PP. -----

----- **Membro Filipe Moreno (CDS-PP)** disse que o CDS tinha um voto de saudação pelo 25 de Novembro para a anterior sessão da Assembleia de Freguesia. Não considerava a atual sessão apropriada para isso, não reconhecia legitimidade à Mesa e, em concordância com o Presidente da Junta de Freguesia, achava que a reunião devia ter um ponto único na ordem de trabalhos. Portanto, não apresentaria a moção, que era retirada. -----

Tendo pedido a palavra, foi concedida ao Membro do Chega. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que por respeito com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não iria apresentar uma moção na presente sessão, apresentaria quando houvesse uma Mesa democraticamente eleita. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício** disse que havia um requerimento do PS, dando-lhe a palavra. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que o PS retirava a proposta, para ser apresentada noutra reunião após a eleição da Mesa. -----

Tendo pedido a palavra, foi concedida ao Membro do CDS-PP. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que o CDS tinha feito as votações do PAOD em protesto, pois não considerava legítima essa votação. -----

Tendo pedido a palavra, foi concedida ao Membro do CDU. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** começou por dizer que a declaração de utilidade pública do Clube Atlético de Alvalade foi feita por proposta do Vereador João Ferreira na Câmara Municipal. -----

----- Em relação à resposta do Senhor Presidente da Junta, de que as reuniões extraordinárias não deviam ter o ponto de *Informação do Presidente*, bastava consultar o Regimento e ver que tinham, assim como o ponto de intervenção do público e PAOD. -----

----- Parecia haver consenso de que era uma Assembleia extraordinária, mesmo que não houvesse consenso em relação à Mesa. Portanto, parecia correto que fizessem isso, até porque continuavam à espera que houvesse o ponto da Informação do Presidente. -----

----- A Lei estabelecia os mínimos, não dizia que as Assembleias extraordinárias não podiam ter esses pontos, o que dizia era que as ordinárias tinham que ter. O Regimento de Alvalade estava em vigor até ser aprovado um novo, o que era uma boa sugestão para se discutir e aprovar, e estipulava a existência desses pontos também nas extraordinárias. -----

----- Finalmente, gostaria de falar um pouco sobre transparência, porque desde que o Executivo tomou posse, foi-lhe enviada uma pergunta e ainda não houve resposta, não sabia se iriam ter. Num caso, era sobre as roturas da EPAL e outro caso, era sobre a transmissão no youtube das reuniões do Executivo. Só foi transmitida a reunião com presença do público, mas o que estava no *manual de transparência e de combate à corrupção* era que todas tinham de ser transmitidas. -----

----- Foi enviado um requerimento no dia 12 de novembro a instar o Executivo a transmitir as reuniões e não só não tinha cumprido como não obtiveram resposta. -----

----- Quando se falava muito em transparência e participação dos cidadãos, que as pessoas não apareciam, não contribuíam e não votavam, não implementar essa medida, que na origem até teria sido proposta pelo CDS, era uma coisa que os deixava desconfortáveis e incomodados. Não era o caminho para ter mais transparência, era um caminho de menos transparência e não era o que queriam. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia em exercício** considerou o PAOD encerrado, passando à Ordem do Dia. -----

----- **Ponto 1 – Eleição de Vogais da Junta de Freguesia (cfr. n.º 1 do artigo 9.º e n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro), atento ao parecer n.º INF DSAJAL CG 12566/2021 da CCDRN;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício** disse que uma Assembleia Extraordinária tinha todos os períodos que foram cumpridos até ao momento. -----

----- Por inscrição do PSD aquando da discussão do Regimento em vigor, foi também inscrito que nas Assembleias Extraordinárias havia a Informação do Presidente, e por isso existia esse ponto. -----

----- A Mesa estava em funções até ser eleita uma nova, tinha todas as competências para convocar a Assembleia e por isso estavam todos esses pontos ali. Houve uma reunião da Mesa que deliberou apreciar o requerimento feito para uma Assembleia Extraordinária e era isso que estava a ser feito. Quem redigia a ordem de trabalhos era o Presidente da Assembleia de Freguesia e nessa reunião da Mesa foi apreciado o requerimento e também um parecer da CCDR Norte que chegou ao conhecimento da Mesa. -----

----- Seguindo o figurino do DL n.º 169/99, pela ordem que ali era colocada, foram inscritos dois pontos na ordem de trabalhos. O ponto 1 foi inscrito porque tomaram conhecimento do parecer da CCDR Norte. Não havia nenhuma tentativa de destituição do Executivo por parte da Mesa, existia sim a criação de uma oportunidade para o Senhor Presidente da Junta, o único que podia propor Vogais para eleição, querendo, poder regularizar a eleição dos Vogais da Junta. Naturalmente que cabia na vontade do Senhor Presidente da Junta e mais ninguém. -----

----- Já aquando da convocatória, o Senhor Presidente da Junta fizera sentir a sua opinião e presumia que não quisesse aproveitar essa oportunidade. -----

Tendo pedido a palavra, foi concedida ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, ao contrário de alguns que podiam emitir opiniões, ao representar os cidadãos num órgão político, num Estado de Direito democrático, uma coisa era inquestionável, uma conduta que era exigível a todos, só podiam atuar de acordo com o princípio da legalidade. Nesse sentido, só lhes era permitido exercer as funções nas condições e nos termos que a Lei impunha. -----

----- As Leis que estavam ali muitas vezes a ser postas em causa não o eram no órgão próprio, porque desde a Constituição de 1976, Portugal era um Estado de Direito democrático e com separação de poderes. A única entidade competente para apreciar a aplicação da Lei no caso concreto eram os tribunais, não eram órgãos políticos, e nesse sentido o que o Executivo sempre iria fazer era cumprir a Lei. -----

----- Sabiam todos, ou pelo menos aqueles que tinham experiência e a legitimidade de se apresentar aos cidadãos para ser eleitos e exercer funções políticas, que existiam princípios elementares, e um deles era o princípio da legalidade, em que todos estavam sujeitos à Lei, outro era o princípio da democracia, que tinha relevância constitucional. As deliberações eram tomadas por maioria e quem não respeitava esse princípio não respeitava a democracia, não respeitava a Constituição. -----

----- Nesse sentido, recordava, porque estava em ata e foi gravado, que a primeira sessão da instalação dos órgãos da Assembleia de Freguesia seguiu à risca as orientações da única entidade competente para emitir orientações nessa matéria, a Direção Geral da Administração Local. Aliás, para quem não o sabia, dava nota disso, foi uma orientação seguida por várias Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa, nomeadamente algumas do PS e outras do PCP.-----

----- Era curioso que, antes de haver a necessidade de uma Lei Orgânica ser cumprida, a Lei da Paridade, já quatro anos atrás, para se eleger um Membro do Executivo proposto por um Presidente eleito em Carnide, pela CDU, procedeu-se da mesma forma, até chegar a vez dessa pessoa integrar o Executivo. O curioso era que não precisavam de ser juristas para perceber o que a Lei determinava.-----

----- Iria ler, porque nessas matérias não valia a pena emitir-se qualquer opinião. O que estava ali em causa, segundo alguns intérpretes, que não eram o tribunal, era a imediata substituição dos Membros da Assembleia de Freguesia eleitos para o Executivo que, por serem eleitos para o Executivo, perdiam a qualidade e o direito de exercer qualquer função na Assembleia de Freguesia.-----

----- Vou ler o artigo 9º da Lei 169/99, uma Lei de valor reforçado. Acreditava na capacidade crítica dos cidadãos e dispensava-se de exercer funções que não eram suas, de qualquer jurisconsulto ou qualquer membro do tribunal:-----

----- “5 - *A substituição dos membros da assembleia que irão integrar a junta seguir-se-á imediatamente à eleição dos vogais desta, procedendo-se depois à verificação da identidade e legitimidade dos substitutos e à eleição da mesa.*”-----

----- Além de ser algo que decorria diretamente da Lei e por isso foi respeitado, nem outra coisa seria de esperar, decorria também das orientações da única entidade que as podia emitir e tinha, nos termos da Lei, até competência para uniformizar os diferentes pareceres, que as diferentes CCDR, em questões concretas, se iam pronunciando. Para além disso, só os tribunais, e havia vários acordãos do Supremo Tribunal Administrativo, a que atualmente os cidadãos tinham acesso, determinando de maneira clara e inequívoca, que todo o contencioso do processo eleitoral era da competência exclusiva dos tribunais administrativos.-----

----- A Junta de Freguesia não iria participar em nenhum ato que considerasse ilegítimo e ilegal e por isso não participaria na Assembleia até ao momento em que fosse regularmente constituída nos termos da Lei.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício** disse que o Senhor Presidente da Junta não pretendeu utilizar a oportunidade de regularizar a eleição dos vogais da Junta, de acordo com a interpretação da CCDR Norte, que não contradizia o parecer da DGAL. Portanto, não havendo matéria para votar nesse ponto, ele estava encerrado. --

----- Passariam ao ponto de eleição da Mesa, uma vez que tinha sido destituída na sessão do passado dia 2 de dezembro e manteve-se em funções até ao momento.-----

----- **Ponto 2 —Eleição do Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia de Freguesia (cfr. n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro);**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** em exercício perguntou se existia alguma lista para apresentar candidatura à Mesa da Assembleia de Freguesia.-----

----- Seguidamente disse que tinham sido apresentadas duas propostas:-----  
“----- *Lista A*-----

----- *Presidente – José Luis de Rezende Moreira da Silva*-----

----- *Primeira Secretária – Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro*-----

----- *Segunda Secretária – Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos.*-----

“----- *Lista B*-----

----- *Presidente – José Pedro Pires Ferreira* -----  
 ----- *Primeiro Secretário – José Alberto da Conceição Reis* -----  
 ----- *Segunda Secretária – Margarida Alexandre do Nascimento Afonso* -----”  
 ----- Procedeu-se à eleição da Mesa da Assembleia de Freguesia de Alvalade, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----  
 ----- **Lista A – 10 votos a favor e 9 votos contra;** -----  
 ----- **Lista B – 9 votos a favor e 10 votos contra.**-----  
 ----- Foi **eleita a Mesa da Assembleia de Freguesia de Alvalade** com a seguinte constituição:-----  
 ----- **Presidente – José Luis de Rezende Moreira da Silva** -----  
 ----- **Primeira Secretária – Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro** -----  
 ----- **Segunda Secretária – Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos** -----  
 ----- (Neste momento os Membros eleitos tomaram o seu lugar na Mesa) -----  
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que as suas primeiras palavras eram para a Mesa cessante. Gostava de agradecer o trabalho desenvolvido pela Mesa que cessava as suas funções, não tendo sido um período tão normal como todos esperariam, mas que a partir deste momento esperava que a Assembleia pudesse entrar mais na normalidade. Eram vicissitudes normais da democracia e por isso não queria deixar de agradecer o trabalho desempenhado pela Mesa que agora cessa funções.-----  
 De seguida deu a palavra aos Membros da Assembleia para declarações de voto, igualmente ao Senhor Presidente da Junta.-----  
 ----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que antes de mais queria congratular a Assembleia de Freguesia de Alvalade por ter uma nova Mesa e poderem prosseguir os trabalhos, que era isso que lhes competia.-----  
 ----- Fez a seguinte declaração de voto:-----  
 ----- *“Os Membros da CDU apresentaram dois pedidos de parecer à DGAL, solicitando para que fosse esclarecido se a eleição dos Vogais da Junta de Freguesia teria sido a procedimentar e a correta. Aguardaremos por essa questão, pois essa questão pode vir a ter implicações diretas na Mesa que foi agora eleita, até por causa das questões da necessidade de resignação para manter os mesmos Vogais que estão agora.* -----  
 ----- *Era esse alerta e dizer acima de tudo que foi possível chegar a algum consenso e pelo menos a uma votação que permite agora trabalharmos mais livremente e podermos continuar a fazer o que sempre fizemos e orgulharmos do trabalho do nosso Executivo anterior no desporto, mas continuando, agora sim fiscalizando o novo Executivo de certa forma e continuando a fazer propostas novas.*” -----  
 ----- **Membro Afonso Moreira (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----  
 ----- *“Eu faço esta declaração de voto fazendo a leitura política do que aqui se passou e já agora contextualizando.* -----  
 ----- *Hoje, dia 21 de dezembro, nós estamos há quase três meses desde as eleições que deram origem a esta Assembleia. Faz exatamente dois meses desde que este Executivo tomou posse e hoje, após quatro reuniões de Executivo e duas reuniões desta Assembleia os problemas de quem vive e trabalha nesta Freguesia continuam sem respostas.* -----  
 ----- *Já muito poderia ter sido feito e nós chegamos até finais de dezembro sem ainda o Orçamento aprovado, com contas por fechar, reunião do direito de oposição ainda por concluir e sem qualquer medida implementada neste mandato.* -----  
 ----- *O que se passou nesta Assembleia, que agora culmina nesta votação, já é notícia até em jornais nacionais e tem sido uma vergonha para a nossa Freguesia.*-----

----- *Quis-se fazer parecer que isto era tudo uma questão de um imbróglio jurídico, mas fosse isso uma questão jurídica e tinham-se pedido os pareceres à DGAL e poderíamos avançar com a gestão desta Freguesia. Mas não, isto foi uma disputa política que se passou aqui e aparentemente também há quem não a queira assumir às claras.*-----

----- *Meus caros e minhas caras, nós sabemos fazer as contas e sabemos de que lado é que os partidos se colocam e por isso o Bloco é claro, esta situação em que Alvalade foi colocada é da total responsabilidade da coligação de direita PSD/CDS que, pasme-se, não contente de ter ficado sem a Mesa da Assembleia e à primeira oportunidade que teve decidiu-se aliar à extrema direita do Chega para deitar abaixo um órgão que antes tinha aceitado. Aliás, cuja convocatória aceitou ou não estaríamos, como já foi dito, aqui todos sentados.*-----

----- *Esta é a conclusão política que podemos retirar desta reeleição e esperamos que inclusivamente o Presidente da Câmara de Lisboa eleito pela mesma coligação e até o líder do PSD, que quer governar tanto ao centro, estejam atentos e a assistir a isto lá em casa porque é digno de menção, PSD e CDS aliam-se a Chega para fazer maioria em Alvalade.*-----

----- *Aliás, fazem-no sem respeito pelas populações mais vulneráveis que na nossa Freguesia continuam sem respostas para as suas situações.*-----

----- *Como já foi dito, circular em Alvalade continua a ser perigoso e tem havido muitos acidentes de viação. Continuamos sem saber as respostas para estes problemas. Carreira de bairro continua sem chegar a toda a Freguesia.*-----

----- *Nós veremos inclusivamente se esta nova aliança também se irá revelar para o Orçamento.*-----

----- *Muitas destas questões nós colocámos ao Executivo e continuamos sem resposta e não conseguimos ainda colocá-las aqui, esperamos depois pelo ponto seguinte da ordem de trabalhos.*-----

----- *Senhor Presidente eleito, eu desejo um ótimo início de trabalho. Senhor Presidente da Junta, pedimos que comece de facto a fazer o seu porque nós faremos oposição de esquerda, que é a nossa missão nesta Assembleia.*-----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que, para já, gostava de dar os parabéns à nova Mesa pela sua eleição e gostava de dizer ao Membro do BE, da extrema-esquerda não democrática, que a posição do Chega, ali, era clara e de transparência.-----

----- *Se a outra Mesa tinha caído por estar mal eleita, havia que fazer uma nova eleição para a Mesa e não era para terem tido o impasse que se verificou. Tinha votado contra as duas listas e o Membro José Ferreira devia ter posto o lugar à disposição, que era o que faria se estivesse no lugar dele, mas ele não o fez.*-----

----- *Para desbloquear a situação tinha votado na presente Mesa e não se arrependia disso, que ficasse bem claro. Tinham de ser transparentes, como no seu caso seria sempre.*-----

----- *Em relação ao Executivo, se este viesse a aceitar as propostas do Chega, obviamente que faria uma oposição construtiva, porque não estava ali para deitar abaixo.*-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que a sua intervenção era apenas para uma resposta ao Membro do BE, dizendo que o “Mudar Alvalade” não se via nem revia em nenhuma aliança. O “Mudar Alvalade” apenas teve a mesma tomada de posição da primeira votação e fazer esse tipo de declarações não era correto, de maneira que estava ali para corrigir isso.-----

----- *Na vida havia que saber ganhar e saber perder.*-----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que da parte da IL, à semelhança do que referira na passada sessão, lamentava tudo o que se foi sucedendo ao longo destes últimos tempos. Gostaria que logo após a tomada de posse tivessem começado a trabalhar em prol dos fregueses de Alvalade, mas tal não foi possível.-----

----- Como referido e que reiterava, esperava que pudesse haver agora tranquilidade de trabalho e para apresentar propostas. Não tinha apresentado qualquer moção na presente sessão porque considerava que não era isso que estava previsto e não foram convocados para o fazer, mas certamente que oportunidades não faltariam.-----

----- A IL mantinha a coerência do primeiro voto, não tinha feito qualquer tipo de aliança e era apenas aquilo com que mais se identificava do ponto de vista ideológico. Não admitia que pudessem referir a eleição de uma Mesa da Assembleia de Freguesia como uma aliança, cada representante tinha direito ao seu voto, repetindo o princípio democrático, que foi isso que se fez, com toda a tranquilidade.-----

----- Respeitava muito o anterior Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, a quem já aproveitara a oportunidade para congratular, e também ao novo Presidente eleito. Era nesse sentido que esperava operar nos próximos tempos, apresentando as recomendações e as propostas que entendesse, que era para isso que ali estavam.-----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que queria apenas tecer algumas considerações muito breves.-----

----- Dizia a sabedoria popular que as acusações diziam mais sobre quem as fazia do que propriamente de quem era acusado. Tinha-se falado de uma aliança à direita e extrema direita, até metiam os independentes também nessa direita. Tudo o que não era esquerda e extrema esquerda seria sempre direita.-----

----- Com todo o respeito, não se conheciam pessoalmente, mas estas declarações vinham de um Membro do BE e compreendia que ainda estivessem muito habituados a alianças pós-eleitorais. Não era isso que ali tinha acontecido e o Membro do BE não esteve na última Assembleia, sendo que a ata também ainda não foi disponibilizada, mas a Assembleia estava disponível online e podia fazer o favor de verificar.-----

----- O PSD tinha dito desde o início que o objetivo não era destituir a Mesa que estava em funções, o objetivo era regularizar aquilo que considerava ser um vício do ato eleitoral. A Mesa não aceitou a regularização no momento e foi apenas por isso que o problema se foi arrastando.-----

----- Quando se dizia que estavam eleitos com quatro meses e que as coisas continuavam por resolver era totalmente verdade, mas isso não era da responsabilidade do PSD, porque queriam já ter resolvido a questão um mês atrás. Estavam a eleger uma Mesa passados quatro meses, apenas porque na altura em que levantaram o problema não houve coragem das restantes bancadas para o fazer.-----

----- Estavam totalmente disponíveis para trabalhar e também não apresentaram qualquer moção ou proposta porque tinham a opinião que uma Assembleia extraordinária convocada para esse fim não devia discutir outros assuntos. Permissem-lhe fazer ainda um reparo: a presente Assembleia foi convocada por sete Membros do PSD e do CDS, não teve intervenção do Chega, nem dos independentes, nem da IL. Fez-se um requerimento à Mesa para que a Assembleia fosse marcada com o ponto único de eleição da Mesa, repondo a normalidade do funcionamento dos órgãos.-----

----- Foram surpreendidos com uma convocatória que não só não fazia qualquer menção a esse requerimento, como acrescentava outros pontos para além daqueles que se tinha requerido para a Assembleia.-----

----- Não existia uma aliança maior do que havia em época de campanha e na altura em que se tinham apresentado a votos. Apesar de bancadas independentes, PSD e CDS eram os partidos pelos quais foram eleitos, e, portanto, não havia nenhuma coligação,

por mais estranho que isso pudesse parecer ao BE. Não tinham feito nenhuma coligação pós-eleitoral, defraudando assim as expetativas de quem votou. -----

Tendo pedido a palavra, foi concedida ao Membro da CDU. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que o que aconteceu na Assembleia anterior foi uma proposta surpresa de dissolução da Mesa sob falsos pretextos, assumindo a opção de demitir uma Mesa eleita na primeira reunião e que não tinha tido ainda a oportunidade de trabalhar. Foi um ato que envergonhava o órgão. -----

----- Essa situação levantou uma suspeição de uma pretensa ilegalidade na eleição da Mesa, que a CDU não acompanhava, mas por isso também se pediu um parecer à DGAL para esclarecer esse facto. Tinham uma nova Mesa eleita, mas era importante politicamente perceber-se que não foi um ato pela legalidade, mas foi um ato político.

----- Esse processo podia ter sido facilmente evitado se o PSD e o CDS, que nas eleições ficaram com a presidência da Junta, mas com maioria relativa na Assembleia, tivessem assumido como consequência desse facto a necessidade de procurar consensos e fazer uma proposta de Mesa com Membros das várias forças políticas, para poder ser eleita por maioria, como por exemplo aconteceu na Assembleia Municipal de Lisboa. Essa teria sido uma boa solução e teria dado uma Mesa estável desde o primeiro dia.--

----- Estando já uma Mesa eleita, queria saber se o Executivo já podia responder às perguntas dos fregueses e às perguntas e requerimentos da CDU, nomeadamente em relação à transmissão em direto das reuniões do Executivo no youtube sem a presença de público, como estava no manual de transparência e combate à corrupção. -----

Ninguém mais pretendendo usar da palavra deu por encerrado o Ponto 2 e passou ao Ponto seguinte da OT. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta da Freguesia de Alvalade, prevista na alínea i) do artigo 9.º e g), n.º 1 do artigo 18.º do RJAL, aprovado pelo Lei 75/2013 e n.º 2 do artigo 19.º Regimento Assembleia de Freguesia de Alvalade;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, tendo sido várias vezes evocado, teria que começar por dizer que democrata era aquele que praticava a democracia e não aquele que dela apenas se reivindicava. Era uma citação e já tinha dito na primeira sessão que citava alguns autores, não porque quisesse mostrar qualquer sabedoria, que não tinha, mas porque eram princípios que queria deixar claro serem aqueles que seguia e respeitava, procurando corresponder. A citação que acabara de fazer era de alguém que o fizera ser político ou pelo menos ter pretensões de exercer cargos políticos ao serviço do cidadão, de Francisco Sá Carneiro. -----

----- Nesses termos, tendo consciência disso, sabia de uma coisa que era inabalável na sua convicção. Não era e não se considerava melhor do que o legislador eleito democraticamente na Assembleia da República. Conhecia e devia conhecer a Lei que regulava todos os atos a praticar nessas funções e devia respeitar a Lei em nome de princípios de legalidade que regiam todas as democracias, todos os Estados de Direito democráticos e em particular aqueles princípios que tinham relevância constitucional, o princípio da democracia, que traduzido se dizia que as deliberações dos órgão políticos eleitos democraticamente deviam respeitar as decisões das maiorias. -----

----- O que se tinha passado na Assembleia foi que duas candidaturas foram rejeitadas por voto expresso da maioria dos Membros. Não conhecia em nenhuma democracia qualquer deliberação tomada com votos maioritariamente contra. Com esse entendimento seria possível admitir que das duas candidaturas, dos dezanove Membros da Assembleia de Freguesia, se cada um dos candidatos votasse em si próprio teriam eleita uma Mesa com dezoito votos contra, se por azar ou sorte a outra Mesa também tivesse merecido essa eleição e só os próprios votassem em eles mesmos. -----

----- Era um absurdo e as Leis, por muitos defeitos que pudessem ter, não desrespeitavam o princípio da democracia, não podiam, porque seriam desde logo contrários à Constituição. -----

----- Posto isso, devia também dizer que não era perfeito mas uma coisa sabia, tinha o dever de representar os cidadãos de acordo com a Lei e não de acordo com as suas opiniões pessoais, com as suas pretensões ou os seus juízos subjetivos. Sabia e devia saber que as Leis que os regiam eram Leis de valor reforçado, até se designavam do ponto de vista da ciência jurídica como Leis Orgânicas e, nesse sentido, os regimentos estavam sob o império da Lei e não o contrário. -----

----- Não era aceitável que se pensasse e invocasse o regimento de uma Assembleia de Freguesia, que como o próprio nome dizia, da Assembleia de Freguesia, que se pensasse poder obrigar qualquer outro órgão externo à Assembleia de Freguesia. -----

----- Havia um mínimo de quem queria representar os cidadãos, um mínimo de competência e conhecimento. Não era preciso ser licenciado em direito, tinham mais de quarenta anos de democracia constitucional e havia regras básicas. Um regimento de uma Assembleia de Freguesia não podia afastar a aplicação da Lei, logo não podia obrigar outro órgão externo. -----

----- Nesse sentido não se sentia obrigado a cumprir nenhum Regimento da Assembleia de Freguesia que violasse as disposições legais. Não havia descriconaridade na aplicação de uma Lei de valor reforçado, ela era imperativa. No entanto, era seu dever, que cumpria sem qualquer favor, prestar contas, ser criticado, ser fiscalizado, em particular pelos representantes dos cidadãos que estavam ali eleitos na Assembleia de Freguesia e por todos os cidadãos que tivessem interesse em fiscalizar e avaliar e serem os únicos juízes políticos da atividade da Junta de Freguesia. -----

----- Como estava a Assembleia de Freguesia legalmente e regularmente constituída, com o órgão próprio competente legitimado democraticamente, estava à disposição da Assembleia de Freguesia para participar no ponto 3, se a Assembleia de Freguesia assim o entendesse. -----

Tendo pedido a palavra, foi concedida ao Membro do PS. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** desejou as maiores felicidades ao Senhor Presidente no exercício do seu cargo. Tinham discordado na forma dos acontecimentos, mas daí em diante esperava que exercesse o cargo da melhor forma. -----

----- Queria só fazer uma pequena intervenção relativamente ao que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Era verdade que a Lei obrigava a que nas reuniões ordinárias o Senhor Presidente prestasse a informação à Assembleia de Freguesia, que tinha como função também fiscalizar o Executivo da Junta de Freguesia. A Lei não impedia que houvesse a prestação dessa informação também nas Assembleias de Freguesia Extraordinárias e tanto não o impedia que o Regimento em vigor e já com uns anos, aprovado na altura também pelo PSD e pelo CDS, o previa, o que nunca foi um problema. O Executivo anterior cumpriu, não parecia difícil de cumprir e questionava se o problema era porque o Senhor Presidente não queria prestar a informação, ou levantava tanta dificuldade em aceitar que devia prestar informação, que precisaria de ser obrigado por Lei até a prestar essa informação. -----

----- Estavam a falar das atividades da Junta de Freguesia nos últimos meses e era só essa a questão que deixava. -----

----- Relembra também que havia um problema na eleição da Junta de Freguesia, num processo que o Senhor Presidente liderou e que recusou corrigir. Na sua ação tinha o direito de tomar a decisão livremente, mas isso podia enfermar todas as decisões da Junta de Freguesia de nulidade, o que seria um problema grave a resolver no futuro e

que quanto mais tempo deixassem passar, pior seria. Registava o que foi a decisão do Senhor Presidente relativamente a esse assunto. -----

----- Ainda relativamente ao Regimento, o PS tinha já entregue uma proposta de revisão desse Regimento, o que faria novamente na próxima Assembleia de Freguesia e esperando que continuasse a constar que o Presidente da Junta de Freguesia nas Assembleias Extraordinárias prestasse informação escrita, para que a Assembleia de Freguesia pudesse continuar a fiscalizar o trabalho da Junta de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que era interpretação da Mesa que a eleição dos Vogais da Junta de Freguesia foi completamente de acordo com a Lei, designadamente a Lei da Paridade. Não tinha havido qualquer irregularidade e muito menos ilegalidade na eleição da Junta de Freguesia. -----

----- Além disso, nos termos da Lei, se tivesse havido algum problema de legalidade, estaria já completamente resolvido, porque irregularidades ou ilegalidades em processos eleitorais de órgãos administrativos, como era o caso, se não fossem despoletados junto do tribunal administrativo no prazo de sete dias, consideravam-se convalidados. Por isso não era já possível invocar qualquer ilegalidade que pudesse, eventualmente, ter existido relativamente à eleição dos Vogais da Junta. -----

----- Só dizia isto para que não ficasse qualquer suspeição relativamente aos atos praticados pela Junta de Freguesia, porque não havia, ela estava completamente legitimada e se alguma irregularidade tivesse existido, que entendia não ter existido, ela estava convalidada, sendo, por isso, completamente legal neste momento. Por isso os atos praticados pela Junta de Freguesia não eram nulos, eram perfeitamente legais e legítimos. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia e os seus Vogais tinham toda a legitimidade e legalidade nos termos do Estado de Direito para poder exercer as suas funções. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedida ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que reiterava o que dissera. Não se recusara a prestar informação nenhuma e tanto é assim, que enviara à Mesa a informação escrita, quando a questão da sua legitimidade não tinha sido colocada, na sessão anterior. -----

----- O problema que estava em causa era uma questão de princípios. Os princípios não se negociavam, nem se aplicavam consoante as vontades políticas conjunturais, os princípios eram princípios e não são suscetíveis de serem negociáveis ou de ser ultrapassáveis por opiniões particulares ou subjetivas. O princípio ali era o primado da Lei. -----

----- O Presidente podia, sem lhe chamar até informação escrita, podia e tinha o dever perante os cidadãos de prestar sempre informações. O problema era que a Lei estabelecia de uma forma clara que nas sessões ordinárias era obrigado a fazer esse ato formal. Era uma forma específica que a Lei determinava, tinha um nome próprio, *Informação Escrita do Presidente*. Essa não podia ser dispensada por um Presidente de Mesa qualquer, nem o atual, que era da mesma força política e que por acaso foi eleito. Ninguém estava acima da Lei e enquanto tivesse responsabilidades nessas funções, todos os cidadãos de Alvalade podiam ter a certeza que era o cumprimento da Lei, com todos os defeitos que pudesse ter, a orientar todas as suas atividades enquanto Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- Tudo o mais seria criticável, eram opiniões, estava sujeito ao escrutínio dos cidadãos, mas não ao incumprimento da Lei e por responsabilidade não devia também admitir qualquer tentativa manicaista de o levar ao incumprimento da Lei, para agradar ou para ser populista. -----

----- Nesse sentido estava disponível sempre para prestar todas as informações, tinha enviado a Informação Escrita e, se não quisesse, não era obrigado, mas deixara claro

que era por responsabilidade e dever de prestar esclarecimentos aos cidadãos e não por qualquer cumprimento legal, porque o Regimento nessa matéria não podia afastar a Lei e não podia obrigar um órgão externo, a Junta de Freguesia. Isso que ficasse muito claro. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedida ao Membro do BE.-----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que começando pelo documento apresentado pelo Senhor Presidente da Junta e ligando ao que tinha para questionar, de facto as considerações sobre o que o Regimento da Assembleia obrigava causava-lhe alguma preocupação, porque parecia já um aviso à navegação. Se não estava na Lei e se, na sua apreciação, não fizesse sentido ou não lhe conviesse, não estava obrigado a aplicar. -----

----- Era estranho, saído de um partido que aprovou a última versão do Regimento, que, aliás, no BE, tinham muito orgulho em ter aprovado, porque foi por iniciativa do Bloco que houve alterações importantes. Uma delas era sobre o que ia questionar e tinha a ver com o envio da documentação a ser apreciada e votada pela Assembleia. -----

----- Exatamente por ser necessário tempo aos Membros da Assembleia para poderem analisar a documentação e votar em consciência, não simplesmente por indicação partidária, queriam fazer esse debate interno e apresentar as sugestões e apreciação que considerassem necessárias, ora os quatro dias úteis definidos no Regimento foi algo muito discutido entre todos e não se veio a observar na última reunião, quando estavam a falar das contas. -----

----- O que perguntava era se, eventualmente, havendo alguma revisão das contas, ou querendo na próxima Assembleia de Freguesia apresentar outros pontos, se pretendiam cumprir esse envio com a devida antecedência aos Membros da Assembleia para a sua apreciação. -----

----- Outra questão, na linha do que tinha sido já abordado pela CDU, prendia-se com as reuniões do Executivo. Era verdade que foi até votado na Assembleia a transmissão das reuniões e tinham gosto de ter sido pioneiros na Cidade de Lisboa nessa iniciativa, e o Executivo anterior também tinha acompanhado essa prática, mas não era isso que se observava desde que o Executivo novo tomou posse. Das quatro reuniões realizadas, a de dia 26 não foi transmitida, a de dia 9 não foi transmitida, a de dia 30, assinalada como pública, foi transmitida e a de dia 14 de dezembro não foi transmitida. Faltava a de dia 28 que também dizia ser pública. -----

----- Pergunta número um, era se pretendiam fazer a transmissão dessa reunião, e pergunta número dois, era se havia uma alteração da prática de transparência da Junta de Freguesia para com a transmissão das reuniões do Executivo. -----

----- Tinha ainda uma questão relativamente à situação que tinha já abordado de insegurança na via pública. Havia vários testemunhos de assédio e atropelamento por automobilistas a ciclistas na avenida. Não queria nenhum protagonismo nisso mas fora, infelizmente, uma das vítimas desse atropelamento, mas que felizmente não resultou em grandes danos. Na Avenida da Igreja, junto do Campo Grande, um rapaz também foi atropelado por um condutor impaciente, apesar de ser uma Zona 30.-----

----- Gostaria de compreender se estavam preocupados com essa situação e o que se estaria a fazer para tornar a mobilidade ciclável na Freguesia mais segura e se equacionavam desbloquear a continuação da rede ciclável com as ciclovias, utilizando as palavras da Coligação “Novos Tempos”, bem feita, nessas artérias e nomeadamente na Avenida de Roma, Avenida Estados Unidos da América, Avenida Rio de Janeiro. Saber também como pensavam reforçar a diminuição da velocidade dentro do bairro.

----- Uma questão que lhes tinha chegado, era que a obra do jardim dos moradores estava em curso, havia um projeto de remodelação do jardim que foi até mediado com

os próprios moradores, com base numa petição, mas era notório que muitas das espécies foram arrancadas, sem serem replantadas, apesar de indicado. Estava a ser utilizado pavimento fora daquilo que tinha sido apresentado no projeto inicial e não estavam a ser acautelados espaços para o plantio das árvores previstas. -----

----- A pergunta era se estavam a acompanhar essa situação e como pretendiam regularizá-la, pois era um exemplo de uma boa apropriação do espaço público pela população, da sua manutenção como espaço público e de frequência para todos. Não gostaria que fosse outro logradouro a ser maltratado. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que competia à Mesa assegurar a legalidade das reuniões e obviamente o estatuto do direito de oposição seria escrupulosamente cumprido. -----

----- Todas as obrigações que a Junta de Freguesia tivesse para com a Assembleia seriam também escrupulosamente cumpridas. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedida ao Membro da CDU. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que iria apresentar algumas perguntas concretas, umas já colocadas anteriormente, mas estavam num espaço onde podia haver algumas respostas. A primeira, era a que já tinha colocado sobre a transmissão das reuniões no youtube. Associado a essas transmissões havia um requerimento que tinham enviado a 10 ou 12 de novembro e que nunca teve resposta. Queria saber quando iriam responder ao requerimento. -----

----- Tinha sido também enviada uma pergunta sobre as ruturas da EPAL frequentes na Rua Conde Ficalho, também no mês de novembro. Saber qual a resposta e quando iriam responder a essa pergunta. -----

----- Um tema ainda não colocado por escrito, era sobre o jardim infantil da Rua José Duro, que estava sujo e que as próprias crianças entravam e diziam que ali havia porcaria. Parecia haver ali algum problema com a limpeza e gostaria de saber se havia alguma informação, como pensavam resolver isso e esperava que, com urgência. -----

----- Finalmente em relação à pergunta colocada por uma freguesa sobre os problemas de limpeza na Infante Dom Pedro, qual seria a resposta do Executivo a essas questões. Pedindo o uso da palavra, foi concedida ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que a questão do estatuto do direito de oposição tinha sido já colocada duas vezes e, como era do conhecimento, foi endereçado um convite e foram realizadas reuniões com todas as forças políticas ali representadas. -----

----- Mais, todos disseram que foi entregue pela primeira vez o projeto da execução da Junta de Freguesia, mais transparência que isso não havia. Mais, foi dito e poderia ser comprovado que eram incluídas nos projetos das Grandes Opções do Plano e no Plano de Atividades e Orçamento muitas das medidas apresentadas pela CDU, BE, Chega, movimento independente, PS, etc., o que era facilmente fiscalizável porque estava escrito e não dependia só das palavras. -----

----- Do conhecimento que lhe tinha sido dado, até pelos serviços, o estatuto do direito de oposição foi, em comparação com o passado, cumprido de uma forma muito mais extensiva. -----

----- As GOP, o Plano de Atividades e o Orçamento foram aprovados em reunião realizada no dia anterior na Junta de Freguesia. No dia seguinte, havendo uma Mesa constituída com as suas competências legitimamente consolidadas, seria enviado para distribuição e pedindo, como era o costume e como a Lei previa, para realizar uma Assembleia de Freguesia para a discussão, análise e votação das propostas do Executivo. -----

----- Quanto à reclamação da cidadã, tinham sessenta dias em funções e como era do conhecimento, até facilmente fiscalizável, não se produziu qualquer alteração nos serviços, não se saneou ninguém, nem se mudou ninguém, nem se alteraram regras nenhuma. Se os serviços funcionavam muito bem, não havia razão para não continuarem a funcionar muito bem, mas também era verdade e tinha que ser dito, que dos 44 funcionários afetos à higiene urbana, só 23, metade, tinham a capacidade plena de exercer as suas funções, e não foi o atual Executivo que criou essa situação, foi uma situação herdada. -----

----- Antes do Executivo anterior cessar funções, se calhar bem, autorizou férias. Estavam 10 pessoas de férias, dos 23, ainda estavam menos 10, e não havia milagres. Era verdade que se tratava de um setor que todos reconheciam com muitas exigências e que era preciso reforçar, era preciso acompanhar, promover alterações para dar melhor resposta dos serviços às populações, mas ainda não havia Plano de Atividades e Orçamento aprovados e tinham que se limitar a gerir a situação encontrada o melhor que sabiam. -----

----- Achava estranho que ao fim de oito anos em que estava a correr tudo muito bem, que ao fim de sessenta dias passasse tudo a correr muito mal, quando não foi nada alterado que não fosse algo de emergência. -----

----- Quanto à transmissão das sessões via online, nas sessões públicas naturalmente, e nas outras não tinha nada contra, nem a favor. Era uma questão que seria deliberada pela Junta numa reunião própria para isso, mas não fossem ingénuos nessa matéria. Daquilo que era conhecimento público, o Executivo anterior esteve oito anos em funções e só no último ano, por causa da pandemia, começou a fazer transmissões via zoom porque era obrigatório ou necessário, e então decidiu dar um sinal de transparência, como se a transparência fosse uma representação teatral. -----

----- Tinham que dizer aos cidadãos aquilo que era a verdade. Sabendo que se estava a transmitir em casa era muito fácil preparar as reuniões como se preparava uma peça de teatro. Discutia-se tudo no recato e depois apresentava-se ao cidadão a aparência do consenso e de uma discussão normal. -----

----- Nunca iria correr o risco de prosseguir metodologias ou estratégias de manipulação ou propaganda. Iriam avaliar porque havia vários pareceres, e alguns até de esquerda, que punham em questão se os órgãos executivos, nomeadamente o Governo, deviam ter essa prática de total transparência, confundindo transparência com um certo voyeurismo de representação teatral. -----

----- Não sabia, porque não tinha a certeza de nada, não era nenhum super-homem e tinha a certeza de não ser perfeito, mas todas essas matérias estavam a ser ponderadas e não lhe parecia que alguém se pudesse intitular mais exigente que o legislador em termos de transparência e de cumprimento rigoroso da prestação de serviços ao cidadão, mas teriam uma resposta devidamente fundamentada e não nas opiniões. -----

----- Pessoalmente não o incomodava, pensava até que muitos políticos utilizariam esse mecanismo para propaganda e isso incomodava-o, mas esperava nunca correr esse risco. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedida ao Membro do MMA. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” queria deixar bem claro a todos os alvaladenses e a todos os presentes que tinha enviado um memorando ao Executivo com as suas propostas para as GOP e Plano de Atividades. -----

----- O “Mudar Alvalade” não tinha feito nenhum acordo escrito ou associação ao Executivo, mas deixava uma proposta, um conjunto muito vasto, num memorando que tinha sete páginas. Inicialmente tinham 144 propostas e não queriam ser abusivos, mas o memorando seria tornado público e se o Executivo achasse por bem tomar essas

ideias para o bem dos alvaladenses gostaria que elas fizessem parte. Caso elas não fossem exequíveis e provassem que não eram ou dissessem que tinham propostas melhores, também aceitariam.-----

----- Para que ficasse bem claro, o “Mudar Alvalade” deixou várias propostas para a administração local, nomeadamente para a administração autárquica, reforçando a questão da segurança, o espaço público, relativamente ao reordenamento do estacionamento. Acrescentaram-se propostas para a mobilidade, a gestão do espaço público no Mercado de Alvalade, uma questão muito importante sobre o Mercado de Natal, porque a população devia ser auscultada, saber se deviam aplicar 250 mil euros todos os mandatos nisso e a população devia decidir.-----

----- Nas políticas sociais, deixaram-se várias propostas para o Espaço Sénior. Na educação, também se reforçaram bastantes questões. Na saúde, gostava de reforçar o aumento da articulação com o centro de saúde de Alvalade e o parque de saúde de Lisboa, algo que nunca foi aproveitado pelo anterior Executivo e que se podia explorar muito bem dentro da Freguesia, bem como a disponibilização de postos móveis para rastreio com períodos semestrais.-----

----- Na cultura, tinha a certeza que o Senhor Presidente iria melhorar, porque a cultura tinha sido o parente pobre na Freguesia e sendo a sua área. No desporto, deixaram-se várias propostas.-----

----- Na questão da sustentabilidade urbana, referiu-se o problema dos espaços verdes. Era importante o Executivo fazer um estudo de viabilidade económica e de quanto o anterior Executivo gastou em espaços verdes e se valeria a pena terem a própria equipa técnica de espaços verdes e calceteiros. Se não lhe falhava a memória, só em espaços verdes foi perto de um milhão e meio de euros só para empresas, o que era um valor bastante alto.-----

----- Na questão da higiene urbana, já se tinha falado e bem. Por acaso tinha falado com um trabalhador e estavam reduzidos a metade dos trabalhadores. Havia que ver com os serviços sociais da Câmara se havia médicos a passar atestados de qualquer maneira. Achava muito estranho, de repente haver 24 trabalhadores em serviço moderado, mas isso também já vinha do anterior Executivo. Havia que investigar essas questões porque depois os prejudicados eram os alvaladenses.-----

----- No ambiente e energia, tinham deixado propostas, como na inovação.-----

----- Sabia que eram muitas propostas mas tinham quatro anos e com certeza estavam ali para colaborar, não faziam exigências e essa era a política do movimento de independentes “Mudar Alvalade”.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedida ao Membro do PS.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que aceitava uma pequena provocação feita pelo Senhor Presidente da Junta e iria responder, tentaria não o fazer muitas vezes ou passariam o tempo todo a falar do trabalho do Executivo anterior, em vez de falarem do trabalho do Executivo atual.-----

----- Começando pelo trabalho do Executivo atual e o direito de oposição que o Senhor Presidente referiu que estava a haver com todos os partidos, o PS reuniu no dia 6 de dezembro e não foi apresentado nenhum projeto, ao contrário do que foi dito. Dizia que o programa do PS estava muito bom e até esperava que tivesse votado no PS. Combinou-se uma reunião para 13 de dezembro, que seria o dia em que apresentaria algo mais concreto e com relação aos números do Orçamento, que foi isso o solicitado.-----

----- O direito de oposição só se podia fazer se houvesse uma proposta de atividades e de Orçamento. Aguardaram até 13 de dezembro para que fosse cedida uma ligação zoom e para fazer uma reunião nos mesmos termos, mas só após o contacto com a Junta de Freguesia foi comunicado que não seria possível e que iria acontecer após o dia 15

de dezembro. Entretanto continuavam à espera que o direito de oposição se pudesse exercer em tempo útil. -----

----- Devia salientar que o Senhor Presidente da Junta também comunicou isso, que achava que o direito de oposição devia ser exercido em tempo útil, antes da proposta de Orçamento ir à Assembleia de Freguesia. Isso tinha que saudar e concordavam. -----

----- Em relação à higiene urbana, nos últimos anos foi feito um grande investimento no reforço do mapa de pessoal, no reforço de equipamentos, no ajuste das condições de trabalho a uma situação que permitisse uma melhor conciliação da vida familiar com a vida laboral dos trabalhadores. Fez-se um ajuste relativamente à organização do trabalho, que certamente o Senhor Presidente conhecia. -----

----- Relativamente ao número de trabalhadores, era exatamente o mesmo. -----

----- Em relação às quantidades de resíduos recolhidos ao longo dos anos, existia um sistema de gestão de qualidade na Junta de Freguesia, ou, pelo menos existia, não sabia qual foi a decisão do Executivo relativamente a essa questão porque as reuniões do Executivo não eram todas públicas e por isso não sabiam o que andaria a decidir. No entanto, podiam ser encontrados os resultados dos anos desde 2015 e entre eles a quantidade de resíduos recolhidos, que em média duplicou, mas que em muitos meses triplicou, passando de 300 a 400 metros cúbicos mensais, para meses em que foram recolhidos mais de 1100, 1200, para uma média que rondaria certamente os 700 a 800 metros cúbicos recolhidos. -----

----- Era isso que o Senhor Presidente tinha encontrado na Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- Relativamente aos trabalhadores que estavam de férias, havia direitos dos trabalhadores que tinham de ser respeitados. O plano de férias era, como em qualquer organização, aprovado no início do ano. Quanto às situações de limitação de trabalho por razões físicas, continuava também no direito dos trabalhadores a proteção da sua jornada de trabalho. -----

----- Não sabia se estavam a confundir situações em que um trabalhador faltava e por isso na Informação Escrita era um trabalhador afetado, ou um trabalhador que estava de baixa dois ou três dias e por isso considerava-se no grupo de 23 casos. Era uma questão que devia ser olhada de outra forma. -----

----- Como tinha dito o Senhor Presidente, nada mudou desde que o novo Executivo tomou posse. O que funcionava bem continuava a funcionar bem, o que não funcionava bem certamente não funcionaria atualmente, como dissera o Senhor Presidente, mas alguma coisa mudou e o que mudou foi o Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade, mudou a gestão e isso tinha que ser diferente. -----

----- Continuava-se a aguardar, ao fim de todo esse tempo, as atividades do Senhor Presidente da Junta, à espera das ações do Senhor Presidente da Junta, que tinha feito uma citação. um pouco entroncada, “os homens medem-se pelas suas ações e não pelas suas palavras”. Foi citado também um super-herói, o super-homem, mas que não era, essa citação era do Batman. -----

----- Ficava-se à espera das ações para poderem falar efetivamente sobre elas, porque as intervenções feitas até ao momento eram de promessa, intervenções de intenções, mas continuava-se à espera da ação. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedida ao Membro do BE. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que a sua intervenção era apenas para sinalizar que as questões colocadas sobre o jardim dos moradores, sobre segurança rodoviária e em concreto sobre o cumprimento do Regimento no ponto relativo ao envio da documentação não foram respondidos. -----

----- Tendo o Senhor Presidente da Mesa mencionado as reuniões do direito de oposição, dizer, por transparência, que também reuniram no dia 3 de dezembro e foram muito surpreendidos porque não tinham à sua frente as propostas do Executivo. Foram à reunião para escrutinar, como era prática de uma reunião de direito de oposição, mas tinham um programa e era mais numa lógica de ver o que poderia ser adicionado ao plano de ação do Executivo.-----

----- Sobre transparência, ficava muito preocupado porque não eram respondidas as questões sobre as reuniões do Executivo e não eram respondidas as perguntas ali feitas em público, aliás perguntas que foram enviadas uma semana atrás para a Junta de Freguesia. Continuariam à espera da resposta e a insistir sempre que considerassem necessário.-----

----- Se calhar também uma denúncia, porque foi referida a citação, “democrata é aquele que pratica a democracia e não aquele que dela apenas se reivindica”. Falava-se muito das reuniões poderem ser um teatro e aí também havia uma citação, “em política o que parece é”. Parecia uma Junta com pouca transparência, pouca vontade de colaborar com a Assembleia de Freguesia e que infelizmente continuava sem apresentar ideias, parecendo querer fazer um programa algo “Frankenstein”, de junção de várias partes, que sabiam não dar para juntar e toda a gente estar de acordo.-----

----- O BE sabe fazer política e exigia que soubessem fazer política com o BE. ----- Pedindo o uso da palavra, foi concedida ao Membro do Chega.-----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que ao abrigo do estatuto do direito de oposição houve uma reunião com o Senhor Presidente e nela abordaram alguns assuntos que gostariam de ver no Orçamento, nomeadamente a transparência e combate à corrupção, ação social e apoio à família, segurança, juventude, ambiente, património, mobilidade e higiene urbana. -----

----- Pretendia-se que os alvaladenses fossem mais e melhor servidos e havia dentro desses temas muita melhoria a realizar. Portanto, esperava que o Executivo viesse a integrar as propostas do Chega e, como partido responsável que pretendiam ser e eram, votaria a favor se fossem integradas as suas propostas e votaria contra se não fossem. Era isso que esperava do Executivo, que acolhesse as propostas que diziam respeito aos alvaladenses e para a melhoria da sua qualidade de vida, não para fazerem poesia com mais “ciclovazias” e por aí fora, que era gastar dinheiro que custava a quem paga impostos, sem se fazer um referendo aos habitantes. -----

----- Perguntassem aos habitantes se queriam uma ciclovia. Isso não seria democracia? Só tivera o prazer de votar em dois referendos e gostava de ter votado em mais, como havia referendos, por exemplo, todos os anos ou mais que uma vez por ano, na Suíça. Isso era uma democracia, não era decidirem uns iluminados para andarem de bicicleta. Com a sua idade não andava de bicicleta, nem ia andar. Em Alvalade a maior parte das pessoas não andava de bicicleta porque eram pessoas idosas, convinha pensar nisso. --

Pedindo o uso da palavra, foi concedida ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que tinham enviado para a sessão da Assembleia que não teve continuidade, pelas vicissitudes que todos conheciam, a Informação Escrita, que detalhava a atividade que a Junta de Freguesia desenvolveu até aquela data. Só não foi discutida porque, entretanto, houve o incidente da destituição da Mesa.-----

----- Quanto ao jardim dos moradores, pelas informações do serviço, estava 52% do projeto executado e era objetivo e compromisso do Executivo cumpri-lo. Pensava ser partilhado por todos os partidos que os programas eleitorais, ao contrário do que muita gente pudesse entender e às vezes com alguma razão, porque os políticos não cumpriam

os compromissos que assumiam perante os eleitores, no caso concreto o programa eleitoral apresentado aos eleitores era para ser cumprido. -----

----- Seriam julgados se fizessem bem ou se não cumprissem, tinha essa plena consciência permanentemente e como entendia que não era melhor do que os outros, considerava que nos programas dos vários partidos, nas diferentes estratégias, apresentaram propostas com o objetivo de servir bem as pessoas de Alvalade e contribuir para o bem comum, prestando um serviço público. -----

----- Aproveitaria as propostas dos outros partidos que no seu juízo, criticável e não absoluto, eram adequadas a prosseguir os interesses públicos e os interesses dos cidadãos.-----

----- Era nesse sentido que no direito de oposição queria saber se as propostas que pudesse colher dos outros partidos poderiam ser utilizadas, explicando que todas elas concorriam para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida dos alvaladenses, das pessoas que viviam e trabalhavam em Alvalade. -----

----- Por isso era natural que nas Grandes Opções do Plano e Orçamento estivessem essas propostas incorporadas, porque essa era a atitude que deviam prosseguir. Era muito bom que houvesse pluralidade de opiniões, diferentes estratégias, até luta política, mas a partir do momento em que estava em exercício destas funções, não podia ser objetivo do Executivo continuar um debate político meramente partidário. Isso não ia fazer, porque não parecia que aproveitasse a si nem a ninguém, se queria de facto prestar um serviço aos cidadãos,-----

----- A partir do dia 21 de outubro a política partidária ficaria noutra contexto. Ainda bem que a democracia e as diferenças existiam, no Executivo não parecia ser uma estratégia adequada e que promovesse qualquer eficiência ou eficácia para servir os cidadãos.-----

----- Havia muitas medidas que poderiam criticar, confrontar, aliviar, na proposta que iriam apresentar à Assembleia de Freguesia e sobre matérias que, algumas, até foram ali abordadas, designadamente em relação à segurança, mas nesse caso mais a segurança dos peões e uma segurança mais dita da mobilidade e rodoviária, evitando riscos de atropelamento, até pessoal e para a saúde das pessoas.-----

----- Estava prevista, desde logo, a introdução de vários mecanismos dissuasores. Preferia a prevenção e dissuasão à punição e nesse sentido propunha-se, porque era exequível e não era nenhuma novidade, mas agora com maior intensidade, justificar-se-iam todas as medidas que permitissem a moderação e a redução da velocidade. Um das técnicas ou de sistemas informáticos, como acontecia em muitas cidades e até em Portugal. Designadamente indicadores de velocidade, promoviam a maior atenção do condutor para reduzir a velocidade e eram dissuasoras, a construção de lombas longas, em particular nas artérias de muito movimento, junto das escolas e de outros locais que merecessem maior atenção.-----

----- Também semáforos, que automaticamente determinavam a paragem da marcha, o que acontecia pelo País inteiro nalgumas cidades. A velocidade fazia automaticamente mudar a cor do semáforo. -----

----- Havia vários mecanismos, mas também tinham a necessidade de não propor e não desenvolver medidas que não fossem as tecnicamente mais adequadas. Nessa matéria a CML tinha competências que a Junta não tinha, não podiam tomar iniciativas sozinhos sem a coordenação e autorização, ou a participação por delegação ou outro ato administrativo, para poder atuar diretamente sobre certas matérias. -----

----- Salvaguardada a apreciação técnica e a mais-valia das decisões, tinham obrigação de conhecer os pareceres, as informações das entidades competentes, para que se

pudesse atuar e desenvolver as medidas mais adequadas. Não eram técnicos de trânsito, nem de segurança.-----

----- Esclareceu não ter dito que o programa do PS era muito bom, não disse, não ia dizer e nem tinha legitimidade para o dizer. Todos os programas eleitorais foram por quem de direito, os cidadãos, avaliados, e optaram, e pelos vistos não consideraram que o do PS fosse assim tão bom, mas humildemente reconhecia que várias medidas eram ótimas e não tinha qualquer problema em dizê-lo, porque o seu interesse e objetivo era servir o melhor possível. Mesmo assim não seria suficiente, ninguém era perfeito. -----

----- Tudo aquilo que contribuisse para servir melhor a população, só se fosse uma pessoa destituída de qualquer preocupação de servir o bem comum, não daria atenção. Nesse sentido, iria continuar a fazer, a não ser que os Membros da Assembleia não lhe reconhecessem essa legitimidade e o impedissem de o fazer. Então não poderia utilizar as propostas da CDU, do BE, do Chega, do PS ou da IL. Enquanto não fosse impedido de o fazer, assumia que iria fazê-lo, porque o que lhe interessava, mais do que as meras estratégias partidárias, era que Alvalade resultasse numa Freguesia na região de Lisboa que fosse um exemplo de qualidade de vida e que as situações melhorassem. -----

----- Todos os projetos e todas as propostas que concorressem para esse objetivo, perdoassem a expressão, mas só se fosse estúpido não iria recorrer a elas e levar por diante só por serem de partidos diferentes. Não fazia nenhum sentido, não era para isso que existiam as Freguesias. O poder local tinha missões muito específicas, muito objetivas e que eram servir o melhor possível as pessoas. -----

----- No programa eleitoral assumia-se um compromisso, não era uma promessa. As medidas que afetassem diretamente a vida das pessoas e que pudessem ser uma forma adequada e legítima de melhorar as condições e proteger os interesses legítimos das pessoas, por exemplo dos comerciantes, seriam tomadas, tendo em atenção a participação efetiva das pessoas. Havia medidas que seriam tomadas depois de ouvir as pessoas e de integrar os seus pontos de vista, as suas opiniões e o seu contributo. -----

----- Não tinham a pretensão nem a arrogância de ser melhores do que os outros, mas tinham a obrigação de fazer o melhor possível. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedida ao Membro do PS. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que era para desafiar o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia que, quando quisesse fazer uma ordem de trabalhos, que de facto a fizesse, porque como foi comprovado, apesar de muitos lamentarem a inscrição de pontos, a verdade era que se viu no ponto três um enorme debate, o Senhor Presidente da Junta a prestar informações e o público em geral a tomar conhecimento das mesmas. Que o Senhor Presidente da Assembleia usasse as suas competências.-----

----- Tinha ouvido também dizer que haveria uma Assembleia Extraordinária, mas pensava que seria uma sessão ordinária, o que cumpria realizar até ao final do ano. O que pedia, se fosse possível, era que corresse por meios telemáticos. A presente sessão era presencial porque tinha votações secretas, mas a próxima não teria em princípio votações secretas e se pudesse ser de forma telemática seria melhor, tendo em conta o momento que se vivia.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que tinham ficado esclarecidos e todos tiveram oportunidade de colocar as questões ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Disse que não haveria nenhuma Assembleia antes do Natal e por isso desejava a todos umas boas festas. Lá estariam de volta para uma Assembleia ordinária e prosseguir os trabalhos. -----

----- Deu por encerrada a sessão. Eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -

-----O PRESIDENTE-----